



Domínio público/ Wikimedia Commons

# **O desencanto republicano e a reinterpretação da Independência**

*José Leonardo do Nascimento*





## resumo

A geração de republicanos brasileiros foi culturalmente formada pelas filosofias da história dos diversos cientificismos europeus do século XIX. Entendia que a forma de governo republicana correspondia, mais do que a monárquica, aos estágios evolutivos superiores. Julgava que as nações passavam pelas mesmas fases da evolução histórica e que, portanto, a história das nações europeias prefigurava as etapas da evolução brasileira. Conhecer o Brasil pressupunha, pois, compará-lo com a história e com os movimentos sociais realizados por outras nações. Alguns republicanos procuraram guiar-se pelo exemplo da Revolução Francesa e acreditaram no caráter verdadeiramente revolucionário do regime republicano no Brasil. Como a institucionalização do regime negou os seus projetos iniciais, “desiludidos”, formularam numerosas críticas às formas políticas instituídas pela proclamação da República e pela Independência do Brasil.

**Palavras-chave:** Revolução Francesa; República; desilusões republicanas; críticas das formas políticas; revisão da Independência.

## abstract

*The generation of Brazilian republicans was culturally formed by the philosophies of history of the various European scientificisms in the 19th century. It understood that the republican form of government corresponded, more than the monarchic one, to higher evolutionary stages. He believed that nations went through the same phases of historical evolution and that, therefore, the history of European nations prefigured the stages of Brazilian evolution. Knowing Brazil therefore presupposed comparing it with the history and social movements carried out by other nations. Some republicans sought to be guided by the French Revolution example and believed in the truly revolutionary character of the republican regime in Brazil. As the institutionalization of the regime denied their initial projects, “disillusioned”, they formulated numerous criticisms of the political forms instituted by the proclamation of the Republic and the Independence of Brazil.*

**Keywords:** French Revolution; Republic; republican disillusionments; political forms criticism; Independence review.

## MACHADO DE ASSIS: AS REVOLUÇÕES TRAZEM DESPESAS

**M**

achado de Assis, no livro *Esau e Jacó*, publicado em 1904, representou a passagem do Império para a República como a troca da tabuleta de uma confeitaria da Rua do Catete, no Rio de Janeiro. O personagem Custódio,

procurando reformar a tabuleta da Confeitaria do Império, enredou-se em grave dilema político, pois quando a confecção da nova tabuleta estava em curso, a República foi proclamada.

O enredo expõe as dificuldades do pequeno negociante, cioso de suas economias, de encontrar um nome politicamente neutro para o seu empreendimento comercial. No final do episódio, mudou-se a tabuleta velha, instalou-se uma

nova, mas a confeitaria continuou a mesma. Algumas despesas inesperadas pesaram no bolso do Custódio, mas, como lhe lembrou o vizinho ilustre, o diplomata aposentado Conselheiro Aires, “as revoluções trazem sempre despesas” (Assis, 1988, p. 142).

A passagem é uma alegoria irônica das transformações políticas produzidas pela proclamação da República. A perspectiva do narrador machadiano sobre a mudança política talvez fosse, naquele momento histórico, mais geral do que se poderia pensar.

## SILVA JARDIM: O CENTENÁRIO DA GRANDE REVOLUÇÃO

A República foi pensada pelos militantes republicanos como movimento de transformação profunda da história do Brasil. Silva Jardim, por exemplo, foi um combatente

---

### JOSÉ LEONARDO DO NASCIMENTO

é professor do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista e autor de, entre outros, *São Paulo no século XIX* (Imprensa Oficial).

republicano tenaz e ideológico. Escrevia nas capas de suas publicações, no ano de 1889: “Centenário da Grande Revolução”. Passados, embora, cem anos do início da Revolução Francesa, Silva Jardim entendia a República brasileira como uma Revolução Francesa rediviva, que sacudiria a política brasileira um século mais tarde.

Embora o seu pensamento a respeito dessas correspondências fosse nuançado, dependendo das circunstâncias da luta política, respondendo aos artigos de Joaquim Nabuco publicados no jornal *O País*, em 1888, ele insistiu na similaridade dos dois movimentos históricos. A correspondência histórica garantiria o sucesso da empresa republicana (cf. Jardim, 1889, p. 34). No dia da proclamação, em 15 de novembro de 1889, Silva Jardim puxou o coro do hino revolucionário da *Marselhesa* nas ruas do Rio de Janeiro (cf. Carvalho, 1987, p. 47).

A aproximação da República à Revolução de 1789 demonstra que, para alguns militantes republicanos, o antigo regime brasileiro não teria sido abolido com o grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822. O período colonial atravessaria o século XIX, com a dinastia de Bragança no governo do país.

Se traços da colônia subsistiam, a Independência não se realizou e foi, portanto, transferida para a proclamação da República, que deveria incorporar conteúdos independentistas e revolucionários. A República faria um duplo movimento, realizando, de fato, a Independência do Brasil e a Revolução Francesa nos trópicos.

## **LOPES TROVÃO: A REPÚBLICA EM CONSTRUÇÃO**

Com a proclamação, Lopes Trovão, republicano de primeira hora, elegeu-se depu-

tado para a Assembleia Constituinte do novo regime. Na sessão de 17 de fevereiro de 1891, num discurso pleno de metáforas inflamadas e românticas, ele fez um balanço dos ideais republicanos das primeiras horas e comparou-os aos artigos da futura Constituição já “discutida e quase rematada”, em 17 de fevereiro de 1891 (Trovão, 1891, p. 8).

O seu discurso, muito aguardado pelo plenário, foi entremeado por apartes dos constituintes. O orador fez um histórico das lutas republicanas e da sua vitória final em novembro de 1889. Dos tempos da militância, identificou dois grupos de republicanos históricos, denominados por ele de “revolucionários” e “evolucionistas”. Os primeiros defendiam a pronta intervenção no cenário político e a derrubada imediata da monarquia. Já os “evolucionistas” entendiam que a transformação se faria pacificamente, por meio do movimento inflexível de uma história, que avançava a caminho da civilização republicana.

A esses dois grupos de republicanos, aliam-se, segundo as suas palavras, os republicanos de última hora, os “oportunistas” ou “adesistas”, originários da massa de senhores de escravos descontentes com a abolição da escravidão pelo governo monárquico.

Os “adesistas”, segundo Lopes Trovão, uma vez derrubada a monarquia, tornaram-se majoritários na Assembleia Constituinte republicana. A letra e o espírito da Carta Constitucional refletiriam essa distribuição de forças no interior da Assembleia Constituinte. O discurso, além de caracterizar as correntes políticas republicanas, procurou discernir as causas históricas do advento da República. No seu entender, foram três os fatores da queda da monarquia, definidos a partir de suas distâncias temporais

maiores ou menores para com a data da proclamação. A causa “remota”, a Revolução Francesa, teria “desgrilhado” a marcha da democracia em escala mundial. Os fatores mais “próximos” à ruptura política seriam a incompatibilidade do Império com o Exército (a questão militar) e a elite escravista do país (a questão social). A ação “oportunistamente” dos republicanos no instante favorável à tomada do poder completaria o conjunto dos fatores da mudança.

O motor primeiro foi, portanto, a Revolução Francesa, embora os seus conteúdos revolucionários não agissem isoladamente. As correntes “evolucionistas” e “adesistas” teriam contido a potência revolucionária original.

A Constituição plasmaria a história do republicanismo no Brasil, com as suas três causas transformadoras e os seus três agrupamentos políticos republicanos. Em razão da participação ativa do republicanismo “adesista” na elaboração da Constituição, ela não satisfaria inteiramente aos republicanos “históricos”. Sendo assim, Lopes Trovão adiantou algumas críticas ao documento, que deveria em breve ser votado pelos constituintes.

Entre as imperfeições da nova Carta, estaria a exclusão das mulheres e dos analfabetos do direito de voto (Trovão, 1891, p. 30). Argumentou, a propósito dos analfabetos, que, uma vez excluídos dos direitos políticos, caberia à República a missão de qualificá-los politicamente por meio da instalação, em escala nacional, de escolas de “instrução elementar gratuita [...], obrigatória [e] secular” (Trovão, 1891, p. 23). Afirmou que as exclusões de mulheres e analfabetos da cidadania republicana fechavam-lhes em definitivo as portas da participação política, considerando-se que o funcionamento da República baseava-se, sobretudo, na rotina eleitoral. O

sufrágio era a pedra angular do novo regime brasileiro. Sustentou, ainda, que as “formas de governo” possuíam força histórica transformadora e que a instituição republicana seria, seguramente, aperfeiçoada ao longo de sua vigência na história do Brasil.

Embora reconhecesse as imperfeições na organização institucional da República nascente, manifestou a sua esperança nos efeitos historicamente positivos do novo regime e a sua profissão de fé favorável às “formas de governo” adequadas ao estágio evolutivo dos povos (Trovão, 1891, p. 15).

## EUCLIDES DA CUNHA: ENTRE MONARQUISTAS E RETARDATÁRIOS

Parte expressiva dos estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, era republicana. Euclides da Cunha foi expulso da Escola de Engenharia por rebeldia republicana e continuava convicto de seus ideais políticos quando foi repórter e correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na Guerra de Canudos. Entendia, como Silva Jardim, a República brasileira como uma extensão das forças dinâmicas da Revolução Francesa nos trópicos e definiu o movimento canudense, nos seus primeiros escritos, como antirrevolucionário, a exemplo da revolta, em 1793, dos camponeses franceses monarquistas da Vendéia.

Publicou nos dias 14 e 17 de março de 1897, nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, os artigos “A nossa Vendéia I” e “A nossa Vendéia II”. A revolução republicana teria provocado a reação antirrevolucionária camponesa e religiosamente fanática no interior do Brasil. Repetindo, ainda, as imagens da Revolução de 1789, Euclides descrevia,



numa perspectiva neoclássica, os acontecimentos nos sertões da Bahia.

Em *Canudos – diário de uma expedição*, imaginou arcos do triunfo acolhendo os heróis republicanos retornados das frentes de batalha (Cunha, 1995, p. 530). A travessia do desfiladeiro do Cocorobó, pela segunda coluna da quarta expedição militar a Canudos, comandada pelo general Savaget, pareceu-lhe semelhante à batalha do desfiladeiro das Termópilas, na segunda invasão persa da península grega, em 480 a.C. (Cunha, 1995, p. 530). O fato da associação Termópilas-Cocorobó continuar presente n’*Os sertões*, publicado em primeira edição em 1902, demonstrava que o autor continuava entrevedendo o episódio canudense pela lente da estética neoclássica. Porém, se o neoclassicismo persistia na narrativa euclidiana, outra seria a sua visão da República. O rebelde republicano da Escola Militar havia mudado, a crença na República, atenuada.

À exaltação da República nos textos anteriores a *Os sertões* seguiu-se uma percepção crítica das instituições republicanas. Do *Diário de uma expedição*, escrito na Bahia em 1897, ao “livro vingador” de 1902, o autor modificou algumas de suas teses sobre a rebelião camponesa e a República. Uma das mudanças foi, sobretudo, essencial: Euclides passou a considerar diversamente os vínculos entre o fenômeno sertanejo e a República.

Em *Os sertões*, argumentou que Canudos, embora manifestasse aspectos da revolta vendeiana, distinguia-se substancialmente da revolta monarquista francesa. Como os camponeses vendeianos, os sertanejos combatiam protegidos por um meio físico áspero que os moldou e que, portanto, conheciam. Identificavam-se com as condições mesoló-

gicas, enfrentavam forças militares exteriores àquelas condições geográficas e eram, naquele espaço agreste, dificilmente vencidos (Cunha, 1981, p. 167). Desse ponto de vista, Canudos era a Vendeia. Em outros aspectos, as diferenças seriam profundas e radicais. Os vendeianos eram monarquistas, já os canudenses, “ineptos para aprender [tanto] a forma republicana como a monárquico-constitucional”, não tinham “o mais pálido intuito político” (Cunha, 1981, p. 137).

A comparação abriria, no entanto, a possibilidade de se desvelar o estágio evolutivo das sociedades sertanejas, revelando, na contraposição à Vendeia, o atraso histórico dos sertões brasileiros.

Cunha considerou errônea, do ponto de vista político, a assimilação dos sertanejos aos vendeianos, como havia sugerido nos artigos publicados n’*O Estado de S. Paulo*. Num jogo de ironia explícita, Euclides da Cunha comparou os líderes das duas insurreições, para demarcar as diferenças entre elas e concluir que o drama histórico era infinitamente mais grave no Brasil: “Olhava-se para a História através de uma ocular invertida: o bronco Pajeú emergia com o *facie* dominador de Chathelineau. João Abade era um Charrete de chapéu de couro” (Cunha, 1981, p. 316).

Para ele, os sertões viviam a atmosfera cultural dos tempos do povoamento da colônia pelos portugueses. A colonização não teria se iniciado no momento da descoberta das terras em 1500. O povoamento ocorreu, de fato, simultaneamente à decadência do reino, com a perda da independência e a expectativa popular de uma redenção da nação com o retorno triunfal de dom Sebastião (cf. Cunha, 1981, pp. 96-97). Os povoadores portugueses teriam transportado para

o novo mundo os estigmas da decadência da metrópole, como os desvarios do duplo messianismo, o religioso do cristianismo e o político do sebastianismo.

As sociedades sertanejas reproduziriam, ainda no final do século XIX, aquela herança decadente. Entre a Vendeia e Canudos, interpenha-se a vigência dos estigmas da condição colonial no mundo sertanejo. Assemelhar os projetos monárquicos restauradores da rebelião francesa a Canudos implicava, no seu entender, enxergar a sociedade sertaneja por meio de uma “ocular invertida”. Nesse caso, as imagens mais próximas da lente tornam-se distantes.

Além disso, se Canudos não era a “nossa Vendeia”, a República não poderia ser a “nossa Revolução Francesa” reatualizada cem anos mais tarde na margem ocidental do Atlântico. A guerra sertaneja iria, mais uma vez, descortinar a realidade pouco visível da história brasileira. A intervenção militar no sertão baiano mostraria a face da República e dos republicanos disfarçada, até então, por um véu de aparente civilidade.

A verdadeira “civilização litorânea” veio à luz assim que o drama social canudense pareceu fugir do controle do Estado com a derrota da terceira expedição militar, sob o comando do herói florianista e republicano, o coronel Moreira César. No desvario político provocado pelas notícias da destruição da expedição militar, a capital federal foi assaltada por hordas de fanáticos republicanos, que empastelaram jornais monarquistas e assassinaram um oficial militar suspeito de monarquismo.

No entender de Euclides da Cunha, os limites territoriais entre a civilização urbana e a barbárie sertaneja esfumaçaram-se e a “Rua do Ouvidor [passou a valer] por um desvio das caatingas. A correria do sertão

entrava arrebatadamente pela civilização adentro [...] O homem do sertão, encourado e bruto”, transformava o epicentro da civilização das grandes cidades litorâneas, a capital federal, num desvio da “correria” sertaneja (Cunha, 1981, p. 247).

O mesmo fanatismo aproximaria a sociedade sertaneja da civilização republicana, os combatentes das tropas regulares escondiam manipansos florianistas no interior dos uniformes com que combatiam no interior do país. Ostentavam uma espécie de sebastianismo político na idolatria do marechal Floriano Peixoto. Canudos, como uma espécie de pedra filosofal, exporia o fundo real, as correntes profundas e mais determinantes e verdadeiras da superficial modernização republicana e exerceria, assim, um papel epistêmico e revelador do Brasil de fato e verdadeiro sob o oficial.

Voltando à imagem euclidiana da “ocular invertida”, não passaria de ilusão de ótica enxergar no ordenamento republicano conteúdos revolucionários franceses e jacobinos.

A visão da história das mudanças políticas do Brasil pelas lentes menores, e agora certas, do binóculo, revelaria, ao lado dos desajustes da civilização republicana, um *ethos* recorrente da elite brasileira, um comportamento político que já se manifestara na Independência do Brasil. Movimentos de elites culturais, a Independência e a República teriam produzido, na história do Brasil, efeitos sociais semelhantes.

## SÍLVIO ROMERO: A ELITE SONHA REFORMAS

A crítica à República ganhou contornos caricaturais e cores expressionistas no “Dis-

curso de recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras”, proferido por Sílvio Romero, em 18 de dezembro de 1906.

A violenta crítica à República foi proferida na frente do presidente Afonso Pena. Sílvio Romero definiu o regime republicano como uma floração esdrúxula, referiu-se à seleção invertida de seus dirigentes, como se na esteira do republicanismo oficial a seleção política escolhesse os piores, os menos aptos, os mais incapazes e incompetentes para o exercício dos poderes públicos.

No seu “Discurso de posse”, na mesma sessão de 18 de dezembro, Euclides da Cunha sustentou que as reformas no Brasil eram feitas pelas “cimalhas”, reformava-se o edifício, começando, paradoxalmente, pelo teto.

Sílvio Romero procurou explicitar as razões das reformas “pelo alto” e, assim, formulou uma crítica acerba das mudanças limitadas às instituições políticas, entendendo-as como um ardil da elite social para evitar transformações efetivas da sociedade brasileira: “Inteligente, a seu modo, a afanosa elite sonha reformas aptas a calarem os brados das populações e mais aptas ainda a conservá-la na direção dos negócios. É então que surge o negativo esforço de reformar pelas cimalhas” (Romero, 1907, p. 46).

O veredito de Sílvio Romero, o mais achapante e impetuoso de quantos avaliaram o regime republicano brasileiro, desqualificava as instituições governamentais em nome da urgência das modificações profundas sociais e econômicas da história brasileira.

O escritor Lima Barreto foi, também, crítico da sociedade, da cultura e da política dominantes na República. Em romances como *Recordações do escrívão Isaías Caminha* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicados em livro, respectivamente, em

1909 e 1915, expôs, de forma muitas vezes cômica, um universo social de bacharéis e burocratas arrivistas, políticos medíocres e corruptos, jornalistas incultos e venais, preconceitos raciais, patriarcalismo e opressão de mulheres. Até mesmo o patriotismo quixotesco e cômico do major Policarpo Quaresma o elevava, como homem de ideal, acima da mesquinhez geral.

Essa geração crítica do ordenamento político da Primeira República brasileira não distinguia, ao que parece, elites políticas e culturais. Compreendia as mudanças institucionais do país como resultantes de suas maquinações e atitudes no tempo longo da história do Brasil.

Para Euclides, a elite, que proclamou a República, repetiu, na institucionalização do regime, o vezo reformista dos próceres da Independência. A elite republicana reiterou a “reforma pelas cimalhas” da Independência e começou, igualmente, a erguer o edifício pelo cume. A metáfora arquitetônica exprimia a inversão brasileira da ordem natural da história universal.

Sílvio Romero argumentou que a “história pelo alto” servia a interesses de mando da “afanosa elite brasileira”. Para Euclides da Cunha, o começo da construção do edifício pela etapa final revelava o desinteresse e o desconhecimento da realidade pela elite brasileira. A reforma pelo alto plasmava o desconhecimento do país verdadeiro por uma intelectualidade exilada na sua própria terra. No ensaio “Plano de uma Cruzada II”, de *Contrastes e confrontos*, escreveu: “O verdadeiro Brasil nos aterra; trocâmo-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na Rua do Ouvidor” (Cunha, 1995, vol. II, p. 158).

O comportamento da elite nativa e, paradoxalmente, estrangeirada se repetiria ao



longo da história, importando e aplacando novidades jurídicas copiadas de nações evoluídas sobre a realidade brasileira.

Em *Os sertões*, o autor aludiu às consequências politicamente nefastas da sobreposição de um marco constitucional avançado a uma sociedade historicamente pouco evoluída. As franquias liberais da Constituição de 1891 transmutavam-se, na prática, na consolidação de poderes oligárquicos por meio das rotinas eleitorais. A expansão do direito do voto originou os “conquistadores de urnas” e o assujeitamento político das populações sertanejas pelos “senhores de baração e cutelo” (Cunha, 1981, p. 105).

A essas manipulações, não ficaria infenso nem o líder religioso Antônio Conselheiro, que, segundo o autor, tinha relações políticas estreitas com mandões do sertão da Bahia: “Os grandes conquistadores de urnas que, a exemplo de milhares de comparsas disseminados neste país, transformam a fantasia do sufrágio universal na clava de Hércules da nossa dignidade, apelavam para o Conselheiro” (Cunha, 1981, p. 131).

Lopes Trovão, no “Discurso” de 1891, advertia os constituintes sobre o perigo da manipulação de cidadãos sem conveniente formação política “pelas ardilezas dos garimpeiros eleitorais” (Trovão, 1891, pp. 25-6). A análise euclidiana, que parecia responder aos temores de Lopes Trovão, diferia da alegoria machadiana da ausência de significações políticas na passagem do Império para a República, resumida numa história pitoresca de mudança de tabuleta de confeitaria. Segundo Euclides, as revoluções não dariam somente despesas, como ponderou o Conselheiro Aires para o confeitiro Custódio, sempre tão avaro. A absorção de modelos políticos de nações constituídas sobre

sociedades em processo de formação nacional teria efeitos históricos significativos e perversos. O arranjo institucional estaria à frente da nebulosa social da história brasileira.

Em uma passagem de *Os sertões*, afirmou que não havia, no Brasil, um “tipo étnico único”, base necessária de uma nação coerentemente constituída: “Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma” (Cunha, 1981, p. 51).

As argumentações euclidianas sobre a história da Independência e da República brasileiras orientavam-se por teses e princípios das filosofias da história científicas de grande circulação no Brasil do final do Oitocentos. O positivismo comtiano, por exemplo, julgava ter constituído a ciência da história e descoberto as leis determinantes da dinâmica e da estática sociais. Seria um contrassenso, na perspectiva dos cientificismos, a elaboração de leis e cartas constitucionais por parlamentares constituintes. Existiriam leis inflexíveis e imanentes ao devir histórico e à natureza social.

No ensaio “Da Independência à República”, publicado em *À margem da história*, Euclides da Cunha, incorporando noções científicas, escreveu:

“Uma Constituição, sendo uma resultante de componentes seculares, acumuladas no evoluir das ideias e dos costumes, é sempre um passo para o futuro garantido pela energia conservadora do passado. Tradicional e relativa, despontando de leis que se não fazem, senão que se descobrem no conciliar novas aspirações e necessidades com os esforços das gerações anteriores” (Cunha, 1967, p. 192).

Importaria, bem mais do que a elaboração de normas jurídicas, a “descoberta de leis” pelo intermédio da observação rigorosa e da “consulta lúcida do meio”. As leis escritas, hauridas de experiências históricas distantes, inadequadas ao tempo e ao espaço de suas aplicações, teriam um conteúdo puramente metafísico caso não tivessem consequências e não atuassem sobre o meio social.

A crítica euclidiana aos arranjos institucionais da Independência do Brasil e da República era, portanto, dúplice. Eles seriam inadequados ao estágio evolutivo do Brasil, assim como aos conhecimentos alcançados e difundidos pelas ciências da história e da sociedade. Poderiam permanecer à margem da marcha evolutiva das nações. O que de hábito não ocorreria. As formas políticas interagiriam sobre o tecido social e produziriam efeitos históricos negativos e funestos. A construção do edifício pelas “cimalhas” teria, no Brasil, resultados históricos previsíveis e devastadores.

Essa crítica euclidiana foi retomada pelo historiador Oliveira Vianna, fora do círculo de intelectuais republicanos, em grande parte de sua obra. Uma delas tem por título *O idealismo da Constituição*, publicada em 1927, que, já no título, encerrava a sua conclusão.

Oliveira Vianna elogiava, no desempenho político do imperador Pedro II, o que era particularmente combatido pelos republicanos históricos. A virtude do poder imperial estaria no exercício do poder pessoal. Os governos imperiais operavam dentro e fora do marco constitucional, contendo as oligarquias regionais, pelo direito que lhes concedia o Poder Moderador.

Assim, a análise euclidiana e a sua crítica aos marcos legais da Independên-

cia e da República participavam de uma espécie de rede de intelectuais brasileiros que, críticos de sistemas jurídicos copiados de sociedades avançadas, estariam na origem de um pensamento político anti-democrático e autoritário.

Dessa forma, uma geração de intelectuais críticos do modelo constitucional de 1891 – como Euclides da Cunha, “desencantado” com a República, e Oliveira Vianna, opositor do sistema eleitoral republicano – elaborou concepções, noções, pontos de vista, reiteradamente, revistos e visitados pela história do Brasil nos últimos cem anos: uma desqualificação da política em nome de verdades científicas; uma desclassificação dos sistemas eleitorais líbero-democráticos; uma crítica ao funcionamento da Primeira República, que implicou uma reavaliação da Independência do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Silva Jardim, Lopes Trovão e Euclides da Cunha, três republicanos convictos e ideologicamente próximos. Silva Jardim expressou, nos tempos heroicos da militância, os projetos e os ideais que deveriam conformar o novo regime. Lopes Trovão, como deputado constituinte, ponderou os limites de introdução na Constituição de proposições dos militantes das primeiras horas de luta. Euclides da Cunha escreveu sobre os projetos e os ideais, quando o regime já estava institucionalizado.

Silva Jardim elaborou o quadro político-institucional ideal; Lopes Trovão procurou efetivá-lo durante os trabalhos constituintes; Euclides da Cunha reexaminou-os no momento crucial da luta sertaneja.

Três republicanos, três conjunturas históricas diferentes. Do primeiro ao terceiro, observa-se um declínio gradual do entusiasmo republicano.

Lopes Trovão manteve o otimismo e a crença na hipótese do aperfeiçoamento de um regime que, às vésperas da votação final do texto constitucional, não tinha, ainda, se colocado à prova dos fatos. Com Euclides da Cunha, crenças e ilusões políticas haviam desaparecido. O autor de *Os sertões*, desse ponto de vista, não estava isolado. Muitos foram os desiludidos republicanos e várias as desilusões.

No romance *Esau e Jacó*, o narrador expôs o itinerário de uma desilusão republicana. Paulo e Pedro eram irmãos e rivais. Paulo, republicano; Pedro, sempre, monarquista. Proclamada e instituída a República, Paulo, o republicano, ficou cada vez mais distante e crítico do regime, enquanto Pedro, o monarquista, percorreu o caminho inverso do irmão e aderiu à República. O romance que representou a proclamação da República como simples troca de tabuleta de uma confeitaria, descreveu os efeitos da falsa mudança histórica na descrença de Paulo.

Há uma correspondência do enredo ficcional com os trabalhos de reflexão de muitos intelectuais críticos do regime, o que demonstra a articulação da trama do romance com as questões do momento. Nem todos os monarquistas, a exemplo do personagem Pedro, aderiram à República, nem todos os republicanos, como Paulo, afastaram-se do regime. No entanto, alguns, como Paulo, que não se viram no regime, constituíram uma categoria intelectual e crítica de desiludidos da República.

As desilusões referiam-se aos desencantos de republicanos com as instituições vigen-

tes, mas as críticas alcançavam, também, as formas de governo mais amplas e gerais.

A desclassificação das formas políticas republicanas implicou a revisão das mudanças históricas institucionais no país, incluindo a Independência do Brasil, em nome de uma gestão dos negócios públicos orientada pelo conhecimento rigoroso das especificidades da sociedade brasileira. A República seria apenas uma manifestação pontual de um procedimento político recorrente na história brasileira.

Como declarou Sílvio Romero, no discurso na Academia Brasileira de Letras, no lugar de mudança de regime, o fundamental seria considerar “o Brasil social” e a ele dedicar “todos os esforços de seus pensadores, de seus homens de coração e boa vontade” (Romero, 1906, p. 34).

Um aspecto, sobretudo, uniria e assemelharia, na perspectiva de muitos dos desiludidos do republicanismo, a Independência do Brasil e a República: nenhuma delas modificou, verdadeiramente, o Brasil social.

Os textos utilizados neste ensaio abrangem o período histórico que se estende de 1888, com as publicações de Silva Jardim, a 1927, data da primeira edição do *Idealismo da Constituição* de Oliveira Vianna. Textos de combate político, ficcionais, analíticos, formalmente distintos, mas de conteúdos temáticos semelhantes nas suas representações idealizadas, positivas ou críticas da Primeira República brasileira.

O fato de ser possível comparar textos de faturas diversas, mas de conteúdos semelhantes, escritos e publicados numa mesma conjuntura histórica, mostra a viabilidade de utilização da literatura de ficção na pesquisa histórica.



## REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1988.
- BARRETO, L. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Brasiliense, 1959.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CUNHA, E. da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- CUNHA, E. da. *À margem da história*. Porto, Lello Brasileira, 1967.
- CUNHA, E. da. *Obra completa* [dois volumes]. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1995.
- JARDIM, S. *A salvação da pátria*. Santos, Typ. do *Diário de Santos*, 1888.
- JARDIM, S. *Pela República contra a monarquia*. Rio de Janeiro, Typ. da *Gazeta de Notícias*, 1889.
- JARDIM, S. *A situação republicana (questão da chefia do Partido)*. Rio de Janeiro, Typ. da *Gazeta de Notícias*, 1889.
- ROMERO, S. *Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha*. Porto, Oficinas do Comércio do Porto, 1907.
- TROVÃO, L. *Lopes Trovão no Congresso Nacional. I – Assembleia Constituinte de novembro de 1890 a fevereiro de 1891*. Rio de Janeiro, Cia. Impressora, 1891.
- VIANNA, O. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro, Edição de Terra de Sol, 1927.